



Chesf

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.541.368/0001-16

Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária.

Item I – Orçamento Executivo da Chesf para o exercício de 2011

Apresentamos a proposta para o Orçamento Executivo da Chesf, para o exercício de 2011, conforme detalhamento nos quadros a seguir, dele sendo partes integrantes o Programa de Dispêndios Globais – PDG, que inclui o Orçamento Anual de Custeio – OAC, e o Orçamento Anual de Investimento – OAI, os quais foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto Federal de 28 de janeiro de 2011 e pela Lei no 12.381, de 09 de fevereiro de 2011.

No último trimestre de 2010, essa proposta foi detalhada pelos diversos órgãos da Companhia, envolvidos com a elaboração orçamentária, consolidada e priorizada de acordo com as diretrizes estabelecidas de modo a respeitar os limites orçamentários, resultando na proposta de Orçamento Executivo, ora apresentada.

As fontes de recursos para aplicação nos projetos de investimentos da Companhia listados em quadro a seguir, serão compostas pela retenção de lucros do exercício de 2010, no montante de R\$ 1.293.792 mil, pela geração de caixa nas suas operações e por financiamentos contratados e a contratar.

Considerando a necessidade de se dar andamento à execução orçamentária do exercício de 2011, faz-se necessária a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, nos termos da Legislação Societária.

DESCRIÇÃO	Aprovado
FONTES	5.784.239.663
RECEITAS	5.422.258.231
RECEITA OPERACIONAL	5.279.284.495
RECEITA NÃO OPERACIONAL	142.973.736
RECURSOS AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-
RETORNO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE L. P.	104.966.424
RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – L. P.	966.342.257
DEMAIS RECURSOS DE LONGO PRAZO	413.221.808
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS (NÃO INST. FINANC.)	396.106.400
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	17.115.408
TOTAL DOS RECURSOS	6.906.788.720
VARIAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	-
VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	127.319.401
AJUSTES DE RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	2.034.791
VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	(1.251.903.249)
U S O S	5.784.239.663
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.537.137.958
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO	1.554.892.667
INVERSÕES FINANCEIRAS	429.675.000
AMORTIZAÇÕES – PRINCIPAL	236.882.724
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	39.301.584
<i>OUTRAS FONTES</i>	197.581.140
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	315.687.567
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.247.101.705
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	522.770.259
MATERIAIS E PRODUTOS	1.039.229.242
SERVIÇOS DE TERCEIROS	499.595.003
UTILIDADES E SERVIÇOS	18.740.079
TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	692.179.517
JUROS E OUTROS	63.165.315
<i>OPERAÇÕES INTERNAS</i>	33.128.449
<i>OUTRAS FONTES</i>	30.036.866
OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	411.422.290

**ORÇAMENTO ANUAL DE CUSTEIO - OAC 2011**

	R\$
DESCRIÇÃO	Implantado
<u>NATUREZAS ESPECIAIS</u>	
N.O.: 04010000 - MAO DE OBRA REQUISITADA	2.916.143
N.O.: 04050000 - TAXA DE ADM. DA FACHESF.	6.300.000
N.O.: 04010000 - UTILIDADES E SERVICOS	15.842.240
N.O.: 04110000 - PUBLICACOES LEGAIS E ADMINISTRATIVAS	4.000.000
N.O.: 04140000 - LEILÃO DE ENERGIA	295.000
N.O.: 06010000 - DESP.MEDICAS E HOSPITALAR-PAP	64.800.000
N.O.: 06020000 - VALE TRANSPORTE	1.923.936
N.O.: 06030000 - ALIMENTACAO	48.151.248
N.O.: 06050000 - CRECHE	12.600.000
N.O.: 06060000 - AUXILIO ENFERMIDADE	1.080.000
N.O.: 06070000 - SEGURO DE VIDA EM GRUPO	7.740.000
N.O.: 06100000 - EXAME PERIODICO	3.249.296
N.O.: 06110000 - DESPESAS AMBULATORIAIS	4.500.000
N.O.: 07010000 - ALUGUEIS DE IMOVEIS	4.180.488
Subtotal	177.578.351
<hr/>	
N.O.: 09040001 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	5.235.000
N.O.: 09040002 - PUBLICIDADE MERCADOLÓGICA	2.700.000
N.O.: 09040003 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	3.000.000
N.O.: 09170001 - PATROCÍNIOS	9.000.000
N.O.: 09170002 - PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO	5.600.000
N.O.: 09170003 - PATROCÍNIOS - ESPORTES	2.000.000
N.O.: 09170004 - PATROCÍNIOS - LEI DE ESPORTES	1.000.000
Subtotal	28.535.000
<hr/>	
Total Naturezas Especiais inclusive Publicidade/Patrocínios	206.113.351



PROGRAMAS ESPECIAIS

TREINAMENTO	8.000.000
PLANEJAMENTO EMPRESARIAL CHESF	333.900
RESPONSABILIDADE SOCIAL	8.904.037
LUZ PARA TODOS	2.184.529
TRANSFERÊNCIA DE SERV. PUBLICO	1.244.400
CONCURSO PÚBLICO	913.500
PRÁTICAS INOVADORAS PARA GESTÃO DE PESSOAS	3.697.016
REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	3.648.750
TRANSFERÊNCIA DO HOSPITAL DE PAULO AFONSO - HNAS	19.026.917
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.942.345
P & D	50.000.000
INTERLIGAÇÃO DE BACIAS DO RIO SÃO FRANCISCO	30.001
SERV. ESP. INCENTIVO FISCAL NO IR	2.488.488
Subtotal	102.413.883

TOTAL NATUREZAS / PROGRAMAS ESPECIAIS	308.527.234
--	--------------------

ORÇ. ESPECÍFICO DAS DIRETORIAS

PRESIDÊNCIA	13.739.733
DIR. ADMINISTRATIVA	68.344.422
DIR. FINANCEIRA	3.555.400
DIR. DE OPERAÇÕES	76.227.563
DIR. DE ENGENHARIA	15.471.112
Subtotal	177.338.230

Total Geral Custeio	485.865.464
----------------------------	--------------------

**ORÇAMENTO ANUAL DE INVESTIMENTO - OAI 2011****R\$**

DESCRIÇÃO	CUSTO TOTAL
Manutenção do Sistema de Geração	299.230.877
Ciclo Combinado da UTE Camaçari	704.378
Parque Eólico Casa Nova	53.000.000
Reassentamento de Itaparica	118.429.750
Total Geração	471.365.005
Ampliação do Sistema de Transmissão Nordeste	309.691.927
Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão	398.096.164
Manutenção do Sistema de Transmissão	173.011.800
Implantação das SE's Suape II e Suape III	69.172.734
Total Transmissão	949.972.625
Infraestrutura - Bens Imóveis	30.532.394
Infraestrutura - Bens Móveis/Veículos/Equipamentos	37.840.036
Infraestrutura - Informática/Teleprocessamento/Telecomunicação	65.182.607
Total Infra-estrutura	133.555.037
Total Geral	1.554.892.667

Item II – Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2010.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2010, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Relações com Investidores”, a partir do dia 13 de maio de 2011.

Item III – Destinação do Lucro Líquido (conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009)

Em conformidade com a Lei Societária e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos, a seguir, a proposta de remuneração aos acionistas, como evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e detalhada na Nota Explicativa nº 34 às Demonstrações Contábeis, cujo pagamento propõe-se que ocorra até 31/12/2011, conforme previsto no artigo 205 da citada Lei.

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Lucro líquido do exercício	2.177.232	905.861	1.465.949
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	(380.357)	(163.153)	(343.251)
Constituição da Reserva legal	(89.844)	(30.062)	(54.703)
Realização da Reserva de lucros a realizar	18.027	20.510	20.951
Lucro líquido ajustado – base de cálculo da remuneração	1.725.058	733.156	1.088.946
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	431.266	183.289	271.878
Remuneração proposta:			
Dividendos mínimos obrigatórios	431.266	183.289	272.237
Dividendos adicionais	168.195	408.393	272.638
Remuneração líquida	599.461	591.682	544.875
Percentual sobre o lucro líquido a distribuir	34,75%	80,70%	50,04%
Dividendos brutos por ação ordinária (R\$)	11,53	14,19	13,06
Dividendos brutos por ação preferencial (R\$)	14,97	14,19	13,06

O estatuto social da Companhia estabelece como dividendos mínimos obrigatórios uma distribuição de 25% do resultado líquido apurado em cada exercício social ajustado na forma da Lei.

De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o valor dos dividendos excedente ao mínimo obrigatório estabelecido no estatuto, não aprovado em assembleia geral, está sendo apresentado no patrimônio líquido como dividendos adicionais propostos.

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Lucros a Realizar, decorrente do saldo credor da correção monetária de exercícios anteriores ao de 1995, é revertida para a conta de lucros acumulados, com base no percentual de realização do Ativo Imobilizado, integrando a base de cálculo da remuneração aos acionistas.

O incentivo fiscal, decorrente da redução do imposto de renda, totalizou R\$ 380.357 mil, em 2010, com registro no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente deste incentivo

fiscal foi totalmente destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto Social da Companhia quanto à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e em atendimento ao Ofício nº 605/GM-MME, de 22/04/2010, do Ministério de Minas e Energia, o qual determina em seu terceiro item que “A capitalização e o saneamento das Empresas do Sistema Eletrobras devem possibilitar a priorização dos investimentos por parte das suas Empresas regionais, reforçando sua atuação estratégica como vetores de desenvolvimento local, reinvestindo os lucros na melhoria, na otimização e na expansão dos sistemas de geração e de transmissão existentes”, está sendo proposta, para o exercício, a distribuição de 25% do lucro ajustado mais os dividendos adicionais, decorrentes das novas práticas contábeis, no valor de R\$ 168.195 mil, totalizando R\$ 599.461 mil. Propõe-se ainda a retenção de R\$ 1.293.792 mil, para a Reserva de Retenção de Lucros, prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia, com base no orçamento de capital, aprovado pela Lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.381, de 09/02/2011, com crédito extraordinário aprovado pelo Decreto Federal de 28/01/2011, totalizando investimentos de R\$ 1.554.893 mil para o ano de 2011, com as seguintes aplicações:

Descrição	Dotação Orçamentária (R\$ mil)
Manutenção do Sistema de Geração	299.231
Ciclo Combinado da UTE Camaçari	704
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	53.000
Total Geração	352.935
Reassentamento UHE Itaparica	118.430
Total Itaparica	118.430
Ampliação do Sistema de Transmissão Nordeste	309.692
Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão	398.096
Manutenção do Sistema de Transmissão (Benfeitorias)	173.012
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	69.173
Total Transmissão	949.973
Infraestrutura - Bens Imóveis	30.532
Infraestrutura - Equipamentos/Veículos/Móveis	37.840
Infraestrutura – Informática/Teleprocessamento/Informação	65.183
Total Infraestrutura	133.555
Total Geral	1.554.893

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações. Desta forma, com a destinação do mínimo garantido às ações preferenciais e do excedente às ações ordinárias, o valor destinado por ação será de R\$ 14,97 para as ações preferenciais e R\$ 11,53 para ações ordinárias.



A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data do pagamento, com base na variação da taxa SELIC. Sobre a parcela referente a atualização incidirá IRRF.

Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados

Propõe-se, ainda, o pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados aos empregados da Companhia, no montante de R\$ 91.241 mil, já contabilizado no exercício de 2010, de acordo com a legislação vigente.

Item IV - Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 16/06/2011.

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes: Pedro Gaudêncio de Castro (titular), Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos (titular), Marcelo Cruz (titular), Marcos Spagnol (suplente), Fabrício Moura Moreira (suplente), Pedro Paulo da Cunha (suplente).

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2012.

12.6 - Informações pessoais

Conselho Fiscal – Membros Titulares

Nome	Pedro Gaudêncio de Castro
Idade	80
Profissão	Advogado
CPF ou passaporte	007.838.893-72
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	16 de junho de 2011
Data da posse	16 de junho de 2011
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
Idade	35
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	634.867.841-53
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	16 de junho de 2011
Data da posse	16 de junho de 2011
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Marcelo Cruz
Idade	45
Profissão	Economista
CPF ou passaporte	316.297.171-34
Cargo eletivo a ocupar	Membro Titular do Conselho Fiscal
Data de eleição	16 de junho de 2011
Data da posse	16 de junho de 2011
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Nome	Marcos Spagnol
Idade	61
Profissão	Engenheiro Elétrico
CPF ou passaporte	373.995.517-15
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	16 de junho de 2011
Data da posse	16 de junho de 2011
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Fabício Moura Moreira
Idade	30
Profissão	Engenheiro de Infra-Estrutura Aeronáutica
CPF ou passaporte	516.350.032-53
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	16 de junho de 2011
Data da posse	16 de junho de 2011
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

Nome	Pedro Paulo da Cunha
Idade	48
Profissão	Contador
CPF ou passaporte	813.693.957-87
Cargo eletivo a ocupar	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	16 de junho de 2011
Data da posse	16 de junho de 2011
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2012
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável

12.8 – Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal:

a) Currículo:

Pedro Gaudêncio de Castro – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda - PE, tem curso de Extensão em Administração pela Faculdade do Ceará; é Membro do Conselho Fiscal da Chesf desde abr/2008; exerceu a função de Diretor, da Recebedoria de Rendas na Cidade de Florianópolis - PI; foi Diretor da Fazendas Reunidas Maymundo de Castro S.A.; Sócio-Gerente da Comercial Construtécnica Ltda; Presidente da Associação Comercial do Sul do Estado do Piauí; e, Sócio na MJCASTRO - Administração e Corretora de Seguros Ltda.

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília - UNB, onde também fez Mestrado em Economia; no Conselho Fiscal da Chesf, é representante da Secretaria do Tesouro Nacional; é Coordenadora Geral da Área de Coordenação Geral de Estudos Econômicos-Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; foi Coordenadora de Assessoria Econômica do Secretário/Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional; foi Analista de Finanças na Assessoria Econômica do Secretário/Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais; exerceu a função de Consultora Econômica da PrimeConsult - Consultoria Econômica Ltda.; foi Assessora Econômica do Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; exerce desde abr/2003 a função de Representante do Ministério da Fazenda na Junta Administrativa da Finame/BNDES; é Suplente do Conselho Fiscal da Hemobrás, desde dez/2005; e, foi Suplente do Conselho Fiscal da Empresa de Correios e Telégrafos.

Marcelo Cruz – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Econômicas pela Faculdades Integradas da Católica de Brasília - DF, com MBA em e-GOV - Solução em Governo Eletrônico com utilização em WEB pela UNA - Centro Universitário de Ciências Gerenciais, e nestBoston; já foi Membro do Conselho Fiscal da Chesf de abr/2006 a abr/2008; atualmente é Assessor do Secretário-Executivo no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Substituto desse Ministério, onde também atuou como Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo, até mai/2003; na Casa Civil da Presidência da República foi Diretor

Adjunto da Diretoria de Recursos Logísticos e Coordenador-Geral da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças; na Imprensa Nacional, atuou como Diretor Geral, Diretor Administrativo, Assessor e Membro do Grupo de Trabalho de Assessoramento ao Diretor-Geral; no Ministério da Fazenda, foi Assessor do Secretário-Executivo, atuando como Coordenador-Geral da Unidade de Coordenação de Programas Internacionais; foi Secretário adjunto, Coordenador-Geral de Programação Técnica e Logística, Coordenador-Geral Técnico-Processual Substituto e Chefe da Divisão de administração, Orçamento e Finanças da Secretaria do Patrimônio da união; no Banco do Brasil, foi Assessor Pleno, Gerente de Expediente de Agência e Tesoureiro Geral; participou, também, como Membro do Conselho Fiscal da Ceasa/AM; Presidente do Conselho Fiscal do Banespa Cartões; Membro Suplente do Conselho Fiscal do NOCACAP e Membro do Comitê Gestor de governo Eletrônico do Governo Federal.

Marcos Spagnol – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, tem curso de Pós-Graduação em Administração para Desenvolvimento de Executivo, pela Fundação Getúlio Vargas e Pós-Graduação em Curso de Operação de Sistemas Hidrotermicos "Sistema de Apoio a Decisão", pela Universidade de Campinas - Unicamp - SP. É Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abr/2006; na Eletrobras, é Chefe da Assessoria de Gestão aos Bens da União desde out/2008; foi Assistente da Diretoria de Projetos Especiais, de mai/2005 a out/2008, foi Chefe do Departamento de sistemas Isolados, de 2003 a 2005, foi Chefe do Departamento de Estudos Energéticos, de 2000 a 2003 e Chefe da Divisão de Estudos Energéticos, de 1998 a 2000; ainda na Eletrobras, exerceu as funções de Gestão dos Bens da união sob Administração da Eletrobras, Assessoria ao Diretor de Projetos Especiais, Gestão da Conta de Combustíveis Térmicos das Regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e Isolados, participou de Estudos de Estabilidade do Sistema Eletrobras e Estudos de Planejamento Energético do Sistema Eletrobras; é Representante da Eletrobras no Conselho Fiscal do CEPEL, até 2010; é Suplente do Conselho Fiscal da CEAL e Suplente do Presidente do Conselho de Administração da ELETROS.

Fabrcio Moura Moreira – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA. É Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional desde o ano de 2007, onde atua como Gerente de Informação, tendo atuado também como Gerente Adjunto do Núcleo Estratégico de Recursos Humanos e Gerente de Relacionamento com Investidores. Foi Analista de Risco da Hedging-Griffo, nos anos de 2004 e 2005; atuou na empresa Detecon International – Consultoria em Alta Gestão, no ano de 2004, na realização de projeto no setor automobilístico; Na Johnson & Johnson, nos anos de 2003 e 2004, na área de Recursos Humanos; na área de Fusões e Aquisições do Banco Santander, no ano de 2002; e Diretor-Presidente do ITA Júnior, no período de 1999 a 2002.

Pedro Paulo da Cunha – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ- RJ, tem Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas, Pós-Graduação em Especialização para Executivos, também pela FGV, e MBA em Energia Elétrica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Cursando atualmente, Mestrado em Gestão Empresarial, na FGV. É Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento da Eletrobras, onde tem como atividades: Coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento do Sistema Eletrobras; é responsável pela negociação do orçamento do Sistema Eletrobras junto ao Ministério de Minas e Energia; Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional; é responsável pela projeção e monitoramento do Fluxo de Caixa do Sistema Eletrobras, de médio e longo prazo, e coordenar a implantação do Plano de Negócios e Orçamento Empresarial da Eletrobras e de suas empresas; é Membro do Conselho Fiscal da Ceron, desde 2005; Membro do Conselho Fiscal da Celpa, desde 2005; é Membro (eleito) do Conselho de Administração da Eletros, desde 2007; foi Membro Suplente do Conselho Fiscal da Chesf, de 2005 a 2008; foi Conselheiro Fiscal da Eletros, de 2004 a 2005; foi Conselheiro Fiscal da Manaus Energia, de



2003 a 2005; Membro do Conselho Fiscal da Ceam, de 2002 a 2005; e Membro do Conselho Fiscal da CGTEE, de 2000 a 2002.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (itens a, b, c e d)

Não aplicável

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (itens a, b e c)

Não aplicável

Item V - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da Companhia

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos proposta de remuneração anual global para os membros do Conselho Fiscal e administradores da Companhia no valor de R\$ 3.460.916,88 (três milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), e as informações do item 13 do Formulário de Referência, objeto do Anexo I.

Recife, 28 de abril de 2011.

A Administração

ANEXO I

Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários mensais; (ii) abono especial; (iii) gratificação de férias; (iv) abono pecuniário de férias; (v) auxílio alimentação; (vi) auxílio moradia; (vii) ajuda de custo de transferência; (viii) cobertura parcial de despesas médicas; (ix) seguro de vida em grupo; (x) seguro ou auxílio funeral; (xi) fundo de pensão; e (xii) Participação nos Lucros ou Resultados, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção padrão.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração é fixo e anual, encaminhado pela Controladora, a Eletrobras, sob a forma de sugestão de voto para deliberação da AGO.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A forma de remuneração é definida considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não praticado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não praticado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, relativa os 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Em R\$ mil	2008			
	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Órgão				
Número de membros	4	3	5,25	12,25
Remuneração fixa anual:				
· honorários, salário ou pró-labore	1.529	109	186	1.824
· benefícios diretos e indiretos	203	-	-	203
· Participação em comitês	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· bônus	-	-	-	-
· participação nos resultados	199	-	-	199
· participação em reuniões	-	-	-	-
· comissões	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.931	109	186	2.226

Em R\$ mil Órgão	2009			
	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Número de membros	4,17	3	6	13,17
Remuneração fixa anual:				
· honorários, salário ou pró-labore	1.619	113	227	1.959
· benefícios diretos e indiretos	265	-	-	265
· Participação em comitês	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· bônus	-	-	-	-
· participação nos resultados	210	-	-	210
· participação em reuniões	-	-	-	-
· comissões	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	2.094	113	227	2.434

Em R\$ mil Órgão	2010			
	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Número de membros	5	3	6	14
Remuneração fixa anual:				
· honorários, salário ou pró-labore	2.206	118	233	2.557
· benefícios diretos e indiretos	349	-	-	349
· Participação em comitês	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· bônus	-	-	-	-
· participação nos resultados	282	-	-	282
· participação em reuniões	-	-	-	-
· comissões	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	2.837	118	233	3.188

Em R\$ mil Órgão	2011 *			
	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Número de membros	5	3	6	14
Remuneração fixa anual:				
· honorários, salário ou pró-labore	2.396	128	253	2.777
· benefícios diretos e indiretos	378	-	-	378
· Participação em comitês	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Remuneração variável:				
· bônus	-	-	-	-
· participação nos resultados	306	-	-	306
· participação em reuniões	-	-	-	-
· comissões	-	-	-	-
· outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	3.080	128	253	3.461

* Os valores de 2011 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

13.3. Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, relativa os 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Em R\$ mil Órgão	2008			
	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Número de membros	4	3	5,25	12,25
Em relação ao bônus:				
· valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	199	-	-	199
Total da remuneração	199	-	-	199

Em R\$ mil Órgão	2009			
	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Número de membros	4,17	3	6	13,17
Em relação ao bônus:				
· valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:	-	-	-	-
· valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	210	-	-	210
Total da remuneração	210	-	-	210

Em R\$ mil Órgão	2010			
	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Número de membros	5	3	6	14
Em relação ao bônus:				
· valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	282	-	-	282
Total da remuneração	282	-	-	282

Em R\$ mil	2011 *				
	Órgão	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Número de membros		5	3	6	14
Em relação ao bônus:					
· valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração		-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais		-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:					
· valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	-	-	-
· valor máximo previsto no plano de remuneração		-	-	-	-
· valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-	-	-	-
· valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais		306	-	-	306
Total da remuneração		306	-	-	306

* Os valores de 2011 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pela participação nos lucros ou resultados, uma vez que a Companhia não distribui bônus. A Companhia esclarece que não há um valor mínimo ou máximo pré-determinado para pagamento de participação nos lucros ou resultados aos membros da diretoria estatutária.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	8	0

13.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não praticada.

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não praticada.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev

Valores em R\$ mil		Diretoria		
		Fachesf	Faceal	Brasilprev
2010	Nº de Membros *	2	1	3
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	0
	Condições de se aposentar antecipadamente.	0	0	3
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.194	27	98
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	131	25	98
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	0	0	3
2009	Nº de Membros *	2	1	0
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	0
	Condições de se aposentar antecipadamente.	0	0	0
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	914	2	0
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	111	2	0
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	0	0	0
2008	Nº de Membros	2	0	0
	Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	0	0
	Condições de se aposentar antecipadamente.	0	0	0
	Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	638	0	0
	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	97	0	0
	Possibilidade de resgate antecipado e condições	0	0	0

* Um dos membros da diretoria da Companhia é requisitado da Eletrobras Distribuição Alagoas, portanto o mesmo possui 2 planos de previdência privada, um junto a Faceal correspondente a sua remuneração na empresa de origem e outro com a Brasilprev correspondente a sua remuneração complementar da Companhia.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para resgate antecipado. Os 2 Diretores com plano de previdência complementar da Fachesf, possuem a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas como participantes e 90% da parte paga pela Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Valores em R\$ mil

Período		Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração
2010	Número de Membros	5	3	6
	valor da maior remuneração individual	659	40	40
	valor da menor remuneração individual	472	40	40
	valor médio de remuneração individual	567	40	40
2009	Número de Membros	4,17	3	6
	valor da maior remuneração individual	559	38	38
	valor da menor remuneração individual	453	38	38
	valor médio de remuneração individual	502	38	38
2008	Número de Membros	4	3	5,25
	valor da maior remuneração individual	544	36	36
	valor da menor remuneração individual	435	36	36
	valor médio de remuneração individual	483	36	36

OBS.: Quadros de composição dos órgãos:

Diretoria – 2009

Mês	Nº Membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Mai	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	5
Dezembro	5
Total	50

Nº de membros: $50/12 = 4,17$

Conselho de Adm.-2008

Mês	Nº Membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	5
Mai	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	63

Nº de membros: $63/12 = 5,25$

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não praticado.



13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não praticado.

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não praticado.

13.15. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.



COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente às atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir suas necessidades de recursos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 17.216.161 mil. Na mesma data, a Companhia possuía um ativo total de R\$ 20.688.689 mil.

O capital social, no valor de R\$ 7.720.760 mil, é constituído por ações sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2010 estava assim representada:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	50.095	100,000	1.240	84,371	51.335	99,554
Ministério da Fazenda	-	-	194	13,184	194	0,376
Light	-	-	9	0,586	9	0,017
Outros	-	-	27	1,859	27	0,053
	50.095	100,000	1.470	100,000	51.565	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a esta espécie de ações.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que, mantidas as atuais condições econômicas, a expectativa de geração de caixa operacional bem como os recursos de suas captações serão suficientes para honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2011 serão compostas pela retenção de lucros do exercício de 2010, no montante de R\$ 1.293.792 mil, pela geração de caixa nas suas operações e por financiamentos contratados e a contratar.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que não haverá deficiência de liquidez considerando sua situação econômico-financeira.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição:

	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Principal	Encargos	Principal		
Eletrobras	24.375	-	129.566	153.941	3.401.005
Banco do Brasil	-	7.167	249.966	257.133	259.159
Banco do Nordeste	15.124	46	266.982	282.152	69.446
Outras instituições	-	-	-	-	56.158
Total	39.499	7.213	646.514	693.226	3.785.768

- b) O empréstimo com o Banco do Brasil S.A. está garantido por meio de compensação e cessão de créditos, caso venham a ser exigidas pelo credor. Para o montante de R\$ 5.682 mil dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, a Eletrobras, não foram solicitadas garantias. Entretanto, a seu critério, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecê-las sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus sistemas de transmissão associados.

- c) O IPCA, indexador utilizado na atualização de empréstimos e financiamentos, registrou variação de 5,91%, no exercício, contra 4,32% em 2009.

d) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

<u>Moeda (equivalente em R\$)/Indexador</u>	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
<u>Moeda Estrangeira</u>						
US\$	-	-	-	-	207.868	5,49
Eur	-	-	-	-	56.158	1,48
	-	-	-	-	264.026	6,97
<u>Moeda Nacional</u>						
Sem atualização monetária (1)	257.133	37,10	246.600	37,20	3.174.904	83,86
Sem atualização monetária (2)	153.366	22,10	153.296	23,10	69.446	1,84
Sem atualização monetária (3)	282.152	40,70	255.791	38,50	259.159	6,85
IPCA (4)	575	0,10	7.759	1,20	18.233	0,48
	693.226	100,00	663.446	100,00	3.521.742	93,03
Total	693.226	100,00	663.446	100,00	3.785.768	100,00

(1) Do total contratado com a Eletrobras, R\$ 153.366 mil são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para investimento nele próprio. Deste total, R\$ 5.682 mil (3,70%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., R\$ 142.778 mil (93,10%) e R\$ 4.906 mil (3,20%), com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 2% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

(2) Contratos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com juros de 10% a.a., e bônus de 2,5% por pontualidade.

(3) Contrato com o Banco do Brasil S.A., com taxa de juros de 105,7% da taxa média do CDI a.a.

(4) Contrato com a Eletrobras, com taxa de juros de 7,2% a.a..

e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 646.514 mil (R\$ 543.169 mil, em 2009), tem seus vencimentos assim programados:

	2010	2009
2011	-	39.631
2012	300.389	283.915
2013	50.976	33.949
2014	50.976	33.949
2015	50.888	33.886
2016	50.778	33.844
2017	50.222	33.844
Após 2017	92.285	50.151
Total	646.514	543.169

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

	Mercado Interno (% a.a.)
<u>Taxas Fixas</u>	
2010	5,00 a 7,50
2009	5,00 a 10,00
<u>Taxas Variáveis</u>	
2010	11,25
2009	9,04

g) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em 01 de janeiro de 2009	367.974	3.153.768	110.029	153.997
Ingressos	-	112.467	-	-
Encargos financeiros	390.874	-	9.220	-
Variações monetária e cambial	68	683	(22.993)	(33.312)
Transferências para o Circulante	2.723.749	(2.723.749)	120.685	(120.685)
Transferência para AFAC (*)	(2.609.245)	-	(114.409)	-
Pagamentos de principal e encargos	(753.143)	-	(102.532)	-
Em 31 de dezembro de 2009	120.277	543.169	-	-
Ingressos	-	147.210	-	-
Encargos financeiros	61.729	-	-	-
Variações monetária e cambial	16	14	-	-
Transferências para o Circulante	43.879	(43.879)	-	-
Pagamentos de principal e encargos	(179.189)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	46.712	646.514	-	-

(*) Transferência para conversão de diversos empréstimos e financiamentos junto a nossa Controladora, a Eletrobras, em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, objeto de aumento de capital no exercício de 2010.

h) Composição consolidada dos saldos de empréstimos e financiamentos:

	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Chesf	46.712	646.514	693.226	663.446	3.785.768
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	5.227	113.734	118.961	123.960	130.475
Integração Transmissora de Energia S.A.	4.029	35.735	39.764	41.725	43.558
ESBR Participações S.A.	-	826.716	826.716	361.130	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	114.231	-	114.231	87.570	79.052
Manaus Construtora S.A.	-	-	-	129	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	88.937	-	88.937	3	-
Norte Energia S.A.	19.692	-	19.692	-	-
Total	278.828	1.622.699	1.901.527	1.277.963	4.038.853



Destaca-se entre os empréstimos e financiamentos componentes das demonstrações consolidadas os obtidos pela empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., subsidiária da controlada em conjunto ESBR Participações S.A., no valor total de R\$ 4.133.582 mil, cuja participação da Companhia de 20% corresponde a R\$ 826.716 mil. Tais empréstimos e financiamentos possuem o seguinte detalhamento:

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	R\$ mil	
				31/12/2010	31/12/2009
BNDES	R\$	TJLP+2,08%	Jan/2033	2.080.453	926.309
Banco do Brasil	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	581.899	257.851
Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	581.899	257.851
Bradesco BBI	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	418.968	185.655
Itaú BBA	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	392.782	174.045
Banco do Nordeste do Brasil	R\$	TJLP+2,65%	Jan/2033	110.562	48.999
				4.166.563	1.850.710
Custo de captação				(32.981)	(45.059)
Não Circulante				4.133.582	1.805.651

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Vide item 10.2.

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:**
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
 - ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**
- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**
- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O lucro líquido consolidado apurado pela Chesf em 2010, foi de R\$ 2.177,2 milhões, registrando um aumento de 140,3%, quando comparado aos R\$ 905,9 milhões de 2009. Este crescimento é explicado, basicamente, pelo aumento na receita operacional líquida (17,6%), pela diminuição dos custos e despesas operacionais (-9,6%) e pelo resultado financeiro positivo de R\$ 228,5 milhões contra um negativo de R\$ 231,6 milhões em 2009.

A receita operacional bruta da Chesf, em 2010, no montante de R\$ 6.322,6 milhões, apresentou um aumento de 17,3% em relação aos R\$ 5.389,2 milhões de 2009. Tal resultado foi decorrente dos seguintes crescimentos: 18,8% em fornecimento/suprimento de energia elétrica; 11,3% na receita de transmissão; 19,6% na comercialização de energia no mercado de curto prazo; 44,4% na receita de construção; e o restante, 5,9%, em outras receitas operacionais.

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 889,5 milhões no ano de 2010 (+15,7% em relação a 2009). Deste total, R\$ 530,9 milhões correspondem a impostos e



contribuições sociais (+10,5% em relação a 2009) e R\$ 358,6 milhões a encargos regulatórios (+24,3% em relação ao ano anterior).

A receita operacional líquida, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou aumento de 17,6% (+ R\$ 812,9 milhões) em relação ao ano de 2009, atingindo R\$ 5.433,1 milhões em 2010.

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 2.960,2 milhões em 2010, -9,6% em relação ao ano anterior. Esta redução reflete, principalmente, as seguintes variações: -33,5% na rubrica pessoal; +20,7% nos custos de construção; +60,9% em serviços de terceiros; -75,0% nas provisões e perdas para créditos de liquidação duvidosa e com energia livre; +181,2% na rubrica material; e +59,8% em provisões para contingências.

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o resultado operacional do serviço (EBIT), no valor de R\$ 2.472,8 milhões, apresentou aumento de 83,7% em relação ao montante de R\$ 1.345,9 milhões obtido em 2009. Com este resultado, a margem operacional do serviço (resultado do serviço/receita operacional líquida), passou de 29,1% em 2009, para 45,5% em 2010; um acréscimo de 16,4 pontos percentuais.

O resultado financeiro no exercício apresentou uma receita líquida de R\$ 228,5 milhões, enquanto que em 2009 este mesmo resultado apresentou uma despesa de R\$ 231,6 milhões. A principal mudança nesse resultado decorreu da redução dos encargos da dívida, motivada pela conversão em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de parte dos empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras.

No exercício, registrou-se o montante de R\$ 385,8 milhões (R\$ 380,4 milhões, individualmente e R\$ 5,4 milhões, por meio de suas controladas em conjunto), a título de redução de imposto de renda resultante de incentivos fiscais Sudene/Sudam, com reflexo direto sobre o lucro, 132,8% superior ao registrado em 2009 (R\$ 165,7 milhões).

No ano, os investimentos em ativos fixos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 909,8 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 127,1 milhões em geração de energia; R\$ 545,0 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 142,3 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 95,4 milhões em infraestrutura.

A geração operacional de caixa expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 3.342,5 milhões, representando um aumento de 64,2% em relação aos R\$ 2.035,9 milhões registrados em 2009. A margem EBITDA (EBTIDA/Receita operacional líquida) de 61,5%, ante 44,1% obtida em 2009, representa um aumento de 17,4 pontos percentuais.

O valor econômico gerado pela Companhia em 2010, conforme o balanço consolidado foi de R\$ 4.464,6 milhões, montante 28,9% maior do que os R\$ 3.464,4 milhões de 2009. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de: salários, encargos e benefícios aos empregados (13,4%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (33,8%); juros aos financiadores (4,0%); dividendos aos acionistas (40,1%); e retenção decorrente de incentivo fiscal (8,7%).

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia possuía, em 31/12/2010, os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial apresentados a seguir com valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1. Participações societárias			
<u>Coligadas - Equivalência Patrimonial</u>			
• Energética Águas da Pedra S.A.	61.286	61.616	61.985
<u>Controladas em conjunto - Equivalência Patrimonial</u>			
• STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	193.244	168.830	143.920
• Integração Transmissora de Energia S.A.	28.530	26.046	22.610
• Interligação Elétrica do Madeira S.A.	61.574	25.624	-
• Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	-	50.002
• ESBR Participações S.A.	412.001	202.388	-
• Manaus Transmissora de Energia S.A.	(18.187)	(8.740)	4.611
• Manaus Construtora Ltda.	5.949	1.938	-
• TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	13.018	-	-
• Norte Energia S.A.	26.669	-	-
• Pedra Branca S.A.	158	-	-
• São Pedro do Lago S.A.	157	-	-
• Sete Gameleiras S.A.	158	-	-
	784.557	477.702	283.128
<u>Outras participações</u>	550	633	613
	785.107	478.335	283.741
2. Outros Investimentos			
• Bens e direitos para uso futuro – Estudos e projetos	2.250	2.250	-
• Outros	1.089	975	2.071
	3.339	3.225	2.071
Total	788.446	481.560	285.812

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, atual Alupar Investimentos S.A., participou do Leilão nº 001/2003-ANEEL para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.



Neste sentido, foi constituída a empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., em 27/10/2003, com o objetivo de construir e operar a referida linha de transmissão, cabendo à Alupar 51% e à Chesf 49%, na participação acionária da STN. O empreendimento foi concluído em dezembro/2005 e a operação comercial iniciada em janeiro/2006.

Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf mantém com a STN contratos para operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.854 mil. A Companhia também registrou, no mesmo período, resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 33.262 mil.

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Companhia também possui parceria na atividade de transmissão de energia com a empresa Integração Transmissora de Energia S.A., constituída em 20/12/2005, com participação de 12% do capital, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela linha de transmissão de 500 kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006–ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A referida empresa possui capital autorizado de R\$ 150 milhões, em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os demais participantes da sociedade são: Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP (51%) e Eletronorte (37%). A sua operação comercial teve início em 30/05/2008. A Companhia registrou, no exercício, resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 2.844 mil.

Energética Águas da Pedra S.A.

Ainda no âmbito dos investimentos a Companhia mantém parceria na atividade de geração de energia com a empresa Energética Águas da Pedra S.A., constituída em 03/04/2007, na qual possui participação de 24,5%, juntamente com a Eletronorte (24,5%) e a Neoenergia S.A. (51,0%). A referida empresa teve origem no Consórcio Aripuanã, ganhador do Leilão nº 004/2006-ANEEL, realizado em 10/10/2006, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos - UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760,8 milhões. A UHE Dardanelos será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 a 2041. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007–MME–UHE DARDANELOS. A Companhia registrou, no exercício, resultado negativo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 330 mil.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

Na atividade de transmissão, a Companhia também participa da empresa Interligação Elétrica do Madeira S.A., criada a partir do Leilão nº 007/2008-ANEEL, da qual possui 24,5% do capital social, juntamente com as empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. (24,5%) e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (51%). A referida sociedade, constituída em 18/12/2008, tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-



ANEEL. No exercício, a Companhia realizou aporte de capital na coligada no montante de R\$ 33.884 mil, e resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 2.066 mil.

ESBR Participações S.A.

Na atividade de geração, a Companhia possui participação de 20% no capital social da empresa ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (50,1%), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (20%) e a Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (9,9%). A ESBR Participações S.A. passou a deter a totalidade das ações da empresa Energia Sustentável do Brasil S.A., a partir de maio/2009. A Companhia associou-se às empresas mencionadas para participar do Leilão nº 005/2008-ANEEL, que deu origem à empresa Energia Sustentável do Brasil S.A. com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau -, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com capacidade mínima a ser instalada de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013, cujo consórcio foi o vencedor. O cronograma atual prevê, entretanto, o início da operação para o primeiro semestre de 2012. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. A Companhia realizou, no exercício, aporte de capital nesta coligada no montante de R\$ 213.801 mil e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial adicionado a outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 4.188 mil.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

Empresa criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Itacoatiara (AM), com extensão aproximada de 374 km, e Itacoatiara (AM) – Cariri (AM), com 212 km de extensão aproximada; construção da subestação Itacoatiara em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Cariri em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008-ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa, juntamente com as empresas Abengoa Holding, da Espanha (50,5%) e a Eletronorte (30%). O investimento total orçado é de R\$ 1.289,5 milhões, com início de operação previsto para outubro/2011. A Companhia registrou, no exercício, resultado negativo de equivalência patrimonial adicionado a outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 9.447 mil.

Manaus Construtora Ltda.

Em 30 de janeiro de 2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%, em conjunto com a Abengoa Holding (50,5%) e a Eletronorte (30%). Essa empresa tem como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Itacoatiara de 500/138 kV e a Subestação Cariri de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. A Companhia registrou, no exercício, resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.948 mil.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A Companhia participou do Consórcio Nordeste de Transmissão de Energia, vencedor do Lote C do Leilão nº 005/2009-ANEEL, de 27/11/2009, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da Linha de Transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500 kV, e Aquiraz II, em 230 kV, localizadas no estado do Ceará. A partir desse consórcio, em 12 de janeiro de 2010, foi constituída a empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., sediada



na cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, de cujo capital social a Chesf participa com 49% e a ATP Engenharia Ltda. com 51%. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos, cuja homologação e adjudicação ocorreram em 19/01/2010, com investimento previsto em R\$ 244,8 milhões. No exercício, a Companhia realizou aporte de capital na TDG no montante de R\$ 13.279 mil e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$ 261 mil.

Norte Energia S.A.

A Companhia possui 15% de participação societária na empresa Norte Energia S.A., criada em 21/07/2010, a partir do consórcio vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto é a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, juntamente com a Eletrobras (15%); Eletronorte (19,98%); Construtora Queiroz Galvão S.A. (2,51%); Contern Construções e Comércio Ltda. (1,25%); Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (10%); Cetenco Engenharia S.A. (1,25%); Galvão Engenharia S.A. (1,25%); J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (1%); Mendes Junior Trading Engenharia S.A. (1,25%); Serveng-Civilsan S.A. (1,25%); J. Malucelli Energia S.A. (0,25%); e Gaia Energia e Participações S.A. (9%); Caixa FI Cevix (5%); Sinobras - Siderúrgica Norte Brasil S.A. (1%); Fundação dos Economistas Federais – Funcef (2,5%), Bolzano Participações S.A. (10%); e Construtora OAS Ltda. (2,51%). A UHE Belo Monte será instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos. No exercício, a Companhia realizou aportes de capital nesse empreendimento no montante de R\$ 27.002 mil e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 333 mil.

Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras

A Companhia fez parte dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras - que deram origem às empresas Pedra Branca S.A., São Pedro do Lago S.A. e Sete Gameleiras S.A., constituídas em 07 de outubro de 2010 -, vencedores do Leilão nº 007/2010-ANEEL, cujo objeto foi a contratação, no Ambiente Regulado, de energia de fontes alternativas, na modalidade por disponibilidade de energia, com início de suprimento previsto para 1º de janeiro de 2013 e prazo de duração de 20 (vinte) anos, proveniente dos parques eólicos EOL Pedra Branca, EOL São Pedro do Lago e EOL Sete Gameleiras, a serem instalados no município de Sento Sé, Estado da Bahia, cada um com capacidade para gerar 28,8 MW. A Chesf possui participação de 49% nessas empresas, juntamente com a Brennand Energia S.A. (50,9%), e a Brennand Energia Eólica S.A. (0,1%). No exercício, a Companhia realizou aportes de capital nessas empresas no montante de R\$ 483 mil e registrou resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 10 mil.



Equivalência Patrimonial

Coligadas e Controladas em conjunto	Participação (%)	Investimento	Patrimônio Líquido das Investidas	Resultado das Investidas em 31/12/2010	Resultado da Equivalência em 2010	Outros Resultados Abrangentes
Energética Águas da Pedra S.A.	24,5	61.286	250.147	(1.348)	(330)	-
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,0	193.244	394.375	67.879	33.262	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,0	28.530	237.754	23.704	2.844	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	61.574	251.321	8.430	2.066	-
ESBR Participações S.A.	20,0	412.001	2.060.006	(14.758)	(2.952)	(1.235)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,5	(18.187)	(93.266)	(46.057)	(8.981)	(466)
Manaus Construtora Ltda.	19,5	5.949	30.507	30.506	5.948	-
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,0	13.018	26.569	(532)	(261)	-
Norte Energia S.A	15,0	26.669	165.187	(2.223)	(333)	-
Pedra Branca S.A.	49,0	158	323	(8)	(3)	-
São Pedro do Lago S.A.	49,0	157	322	(9)	(4)	-
Sete Gameleiras S.A.	49,0	158	324	(7)	(3)	-
		784.557	3.323.569	65.577	31.253	(1.701)

Demonstração da Movimentação dos Investimentos

Coligadas e Controladas em conjunto	01/01/2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos declarados	31/12/2009
Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	-	(369)	-	-	61.616
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	143.920	-	28.950	15.565	(19.605)	168.830
Integração Transmissora de Energia S.A.	22.610	-	2.832	863	(259)	26.046
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	25.283	341	-	-	25.624
Energia Sustentável do Brasil S.A.	50.002	(50.002)	-	-	-	-
ESBR Participações S.A.	-	205.742	(2.033)	(1.321)	-	202.388
Manaus Transmissora de Energia S.A.	4.611	-	(8.956)	(4.395)	-	(8.740)
Manaus Construtora Ltda.	-	-	1.938	-	-	1.938
TOTAL	283.128	181.023	22.703	10.712	(19.864)	477.702

Coligadas e Controladas em conjunto	31/12/2009	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos declarados	31/12/2010
Energética Águas da Pedra S.A.	61.616	-	(330)	-	-	61.286
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	168.830	-	33.262	-	(8.848)	193.244
Integração Transmissora de Energia S.A.	26.046	-	2.844	-	(360)	28.530
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	25.624	33.884	2.066	-	-	61.574
ESBR Participações S.A.	202.388	213.801	(2.952)	(1.236)	-	412.001
Manaus Transmissora de Energia S.A.	(8.740)	-	(8.981)	(466)	-	(18.187)
Manaus Construtora Ltda.	1.938	-	5.948	-	(1.937)	5.949
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia	-	13.279	(261)	-	-	13.018
Norte Energia S.A	-	27.002	(333)	-	-	26.669
Pedra Branca S.A.	-	161	(3)	-	-	158
São Pedro do Lago S.A.	-	161	(4)	-	-	157
Sete Gameleiras S.A.	-	161	(3)	-	-	158
TOTAL	477.702	288.449	31.253	(1.702)	(11.145)	784.557



c. eventos ou operações não usuais

Não houve.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM vigentes em 31/12/2010.

A Companhia está apresentando com as suas Demonstrações Contábeis individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude de a legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações contábeis individuais das entidades que possuem investimentos em controladas em conjunto, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas e estão preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BRGAAP*).

Não há diferença entre patrimônio líquido e lucro líquido consolidados, constantes das demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e patrimônio líquido e lucro líquido da controladora, constantes das demonstrações contábeis individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com isso, a Companhia apresenta as suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas num único conjunto, lado a lado.

Em 2009 e 2010, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, aprovados pela CVM, alinhados com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, que alteraram diversas práticas contábeis.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. Para tanto, a Companhia preparou um balanço de abertura na data de transição, 1º de janeiro de 2009, bem como as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, considerando esses pronunciamentos, com o fim de comparabilidade com os períodos divulgados.

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia aplicou os CPC 37 e 43 e a *IFRS 1*, que tratam da adoção inicial dos novos pronunciamentos. Nas demonstrações contábeis individuais foram aplicados os CPC 37 e 43.

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Companhia utilizou as exceções obrigatórias aplicáveis às suas operações, e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva, conforme a seguir:

a) Isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos pronunciamentos contábeis, adotadas pela Companhia:

- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01 - a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para a mensuração: (i) o ativo financeiro, correspondente à parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão; e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao valor a receber do Poder Concedente no final da concessão.
- Isenção para mensuração dos benefícios a empregados - a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios pós-emprego na data da adoção inicial dos novos CPC em contra partida a *outros resultados abrangentes*. A partir dessa data de adoção inicial, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais em *outros resultados abrangentes*, no patrimônio líquido.

As demais isenções opcionais não se aplicaram à Companhia.

b) Exceções obrigatórias de aplicação retrospectiva dos pronunciamentos contábeis, adotadas pela Companhia:

- Exceção das estimativas - as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente.

As demais exceções obrigatórias não se aplicaram à Companhia.

3.1. Descrição dos principais ajustes e reclassificações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis

Os principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis cuja aplicação afetou as demonstrações contábeis da Companhia na data da sua adoção, 01/01/2009 e em 31/12/2009, são os apresentados a seguir. Os efeitos decorrentes da aplicação desses pronunciamentos estão também demonstrados.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios para reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que sejam divulgadas informações suficientes nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/2005, a qual foi revogada pela adoção deste Pronunciamento, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, cujas expectativas de realização são nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no

circulante, conforme previsto na Instrução CVM nº 371/2002. Em observância a este Pronunciamento esses impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no não circulante da Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado; ICPC 01 e OCPC 05 – Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida e Ativo Financeiro Indenizável

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais aspectos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação a estes ativos.

Em atendimento às orientações dos Pronunciamentos CPC relativos ao assunto, a Companhia reprocessou o saldo do seu ativo imobilizado, considerando os elementos de custo previstos no CPC 27. Tal reprocessamento, que levou em consideração ainda a correção monetária dos anos de 1996 e 1997 gerou uma diferença imaterial em relação ao saldo contábil apresentado. Considerando os termos dos contratos de concessão, que prevêm a reversão do ativo residual líquido ao final da concessão, que toma por base o valor contábil histórico apresentado para efeito de indenização e a previsão de receita decorrente dos demais contratos de venda de energia, a Companhia entende que o valor contábil do seu ativo imobilizado, com as limitações admitidas pelo Órgão Regulador, representa adequadamente a sua posição patrimonial e atende aos requisitos do Pronunciamento CPC 27.

Os contratos de concessão que regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Companhia, prevêm que:

- o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. Geralmente, a RAP de empresa de transmissão está sujeita a alteração anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações;
- os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A infraestrutura recebida ou construída é recuperada com a aplicação de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte pela Receita Anual Permitida, durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar esse encargo.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia possui ativos financeiros a receber no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrente da aplicação do modelo financeiro previsto nas ICPC 01 e OCPC 05,



no montante de R\$ 5.676.092 mil (R\$ 1.705.721 mil, receita anual permitida, e R\$ 3.970.371 mil, indenizável).

As conciliações e movimentações dos saldos ajustados às novas práticas contábeis estão apresentadas na nota 13 das demonstrações contábeis.

CPC 30 – Receita

Este Pronunciamento tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos e determinar quando reconhecê-las.

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser mensurados de forma confiável.

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita deve incluir somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluem para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Companhia deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

CPC 33 - Benefícios Pós-emprego

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Em conformidade com estas práticas contábeis, a Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do *IFRS 1* e mudar a política contábil de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, os quais eram reconhecidos pelo método do “corredor”, passando a ser reconhecidos no período em que ocorrerem em *outros resultados abrangentes*, conforme orientações do CPC 33 e *IAS 19*.

ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos

Esta interpretação estabelece que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior esses dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

CPC Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

As Companhias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reconhecidos antes da aplicação dos novos CPC como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como conseqüência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do exercício, de acordo com o período de competência.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Balanco patrimonial de abertura em 01/01/2009:

	Controladora					
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	896.290	-	-	-	-	896.290
Consumidores, concessionárias e permissionárias	781.126	-	(9.952)	-	-	771.174
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(499)	-	499	-	-	-
Ativo financeiro indenizável	-	128.657	-	-	-	128.657
Tributos e contribuições a recuperar	72.103	-	-	-	-	72.103
Títulos e valores mobiliários	37	-	-	-	-	37
Créditos fiscais	31.000	-	-	(31.000)	-	-
Estoques	74.392	-	-	-	-	74.392
Serviços em curso	104.937	-	-	-	-	104.937
Outros	90.936	-	-	-	-	90.935
	2.050.322	128.657	(9.453)	(31.000)	-	2.138.525
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	68.914	-	(5.756)	-	-	63.159
Tributos e contribuições a recuperar	8.934	-	-	-	-	8.934
Títulos e valores mobiliários	778	-	-	-	-	778
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	-	-	-	-	11.559
Depósitos judiciais	-	-	-	116.369	-	116.369
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	-
Créditos fiscais	116.732	-	1.574	31.000	83.168	232.474
Ativo financeiro indenizável	-	3.560.404	-	-	-	3.560.404
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.458.974	-	-	-	1.458.974
Outros	5.653	-	-	-	-	5.652
	212.570	5.019.378	(4.182)	147.369	83.168	5.458.303
Investimentos	250.344	35.468	-	-	-	285.812
Imobilizado	16.214.918	(5.147.946)	-	-	-	11.066.972
Intangível	32.048	(89)	-	-	-	31.959
	16.709.880	(93.189)	(4.182)	147.369	83.168	16.843.046
TOTAL DO ATIVO	18.760.202	35.468	(13.635)	116.369	83.168	18.981.571

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	198.246	-	(3.038)	-	-	-	195.208
Folha de pagamento	8.363	-	-	-	-	-	8.363
Tributos e contribuições sociais	107.178	-	-	-	-	-	107.178
Empréstimos e financiamentos	468.487	-	-	-	-	-	468.487
Encargos de dívidas	9.516	-	-	-	-	-	9.516
Participação nos lucros ou resultados	61.143	-	-	-	-	-	61.143
Remuneração aos acionistas	544.893	-	-	-	(279.803)	-	265.090
Obrigações estimadas	78.949	-	-	-	-	-	78.949
Benefícios pós-emprego	273.720	-	-	-	-	-	273.720
Pesquisa e desenvolvimento	69.765	-	-	-	-	-	69.765
Encargos do consumidor a Recolher	19.049	-	-	-	-	-	19.049
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	33.112	-	-	-	-	-	33.112
Outros	52.130	-	(1.549)	-	-	-	50.581
	1.924.551	-	(4.587)	-	(279.803)	-	1.640.161
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	45.592	-	-	-	-	-	45.592
Empréstimos e financiamentos	3.307.765	-	-	-	-	-	3.307.765
Benefícios pós-emprego	125.100	-	-	-	-	545.363	670.463
Pesquisa e desenvolvimento	106.187	-	-	-	-	-	106.187
Encargos do consumidor a recolher	54.539	-	-	-	-	-	54.539
Provisões para contingências	415.434	-	-	116.369	-	-	531.803
Recursos destinados aumento de capital	-	-	-	294.396	-	-	294.396
Outros	7.884	-	(302)	-	-	-	7.582
	4.062.501	-	(302)	410.765	-	545.363	5.018.327
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.196.306	-	-	-	-	-	4.196.306
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.366.249	-	-	-	-	-	3.366.249
Dividendos adicionais	-	35.468	(8.746)	-	279.803	-	306.525
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(462.195)	(462.195)
Recursos destinados a aumento de capital	294.396	-	-	(294.396)	-	-	-
	12.773.150	35.468	(8.746)	(294.396)	279.803	(462.195)	12.323.083
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.760.202	35.468	(13.635)	116.369	-	83.168	18.981.571

Consolidado						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	951.240	-	-	-	-	951.240
Consumidores, concessionárias e permissionárias	785.583	-	(9.952)	-	-	775.631
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(499)	-	499	-	-	-
Ativo financeiro indenizável		189.299	-	-	-	189.299
Tributos e contribuições a recuperar	72.654	-	-	-	-	72.654
Títulos e valores mobiliários	37	-	-	-	-	37
Créditos fiscais	31.000	-	-	(31.000)	-	-
Estoques	74.392	-	-	-	-	74.392
Serviços em curso	104.937	-	-	-	-	104.937
Outros	82.253	(1.014)	-	-	-	81.239
	2.101.597	188.285	(9.453)	(31.000)	-	2.249.429
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	68.915	-	(5.756)	-	-	63.159
Tributos e contribuições a recuperar	8.934	-	-	-	-	8.934
Títulos e valores mobiliários	778	-	-	-	-	778
Bens e direitos destinados a alienação	11.571	-	-	-	-	11.571
Depósitos judiciais	-	-	-	116.369	-	116.369
Cauções e depósitos vinculados	1.539	-	-	-	-	1.539
Créditos fiscais	116.732	-	1.574	31.000	83.168	232.474
Ativo financeiro indenizável	-	3.560.404	-	-	-	3.560.404
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.764.529	-	-	-	1.764.529
Outros	89.901	828	-	-	-	90.729
	298.370	5.325.761	(4.182)	147.369	83.168	5.850.486
Investimentos	64.669	-	-	-	-	64.669
Imobilizado	16.552.529	(5.454.329)	-	-	-	11.098.200
Intangível	33.682	13.767	-	-	-	47.449
	16.949.250	(114.801)	(4.182)	147.369	83.168	17.060.804
TOTAL DO ATIVO	19.050.847	73.484	(13.635)	116.369	83.168	19.310.233

Consolidado							
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	199.132	-	(3.038)	-	-	-	196.094
Folha de pagamento	8.408	-	-	-	-	-	8.408
Tributos e contribuições sociais	118.676	-	-	-	-	-	118.676
Empréstimos e financiamentos	477.020	-	-	-	-	-	477.020
Encargos de dívidas	9.683	-	-	-	-	-	9.683
Participação nos lucros ou resultados	61.143	-	-	-	-	-	61.143
Remuneração aos acionistas	544.893	-	-	-	(279.803)	-	265.090
Obrigações estimadas	79.130	-	-	-	-	-	79.130
Benefícios pós-emprego	273.720	-	-	-	-	-	273.720
Pesquisa e desenvolvimento	70.765	-	-	-	-	-	70.765
Encargos do consumidor a Recolher	19.310	-	-	-	-	-	19.310
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	33.112	-	-	-	-	-	33.112
Outros	55.102	-	(1.548)	-	-	-	53.554
	1.950.094	-	(4.586)	-	(279.803)	-	1.665.705
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	46.400	1.548	-	-	-	-	47.948
Débitos fiscais	-	8.160	-	-	-	-	8.160
Empréstimos e financiamentos	3.552.150	-	-	-	-	-	3.552.150
Benefícios pós-emprego	125.100	-	-	-	-	545.363	670.463
Pesquisa e desenvolvimento	106.187	-	-	-	-	-	106.187
Encargos do consumidor a recolher	54.539	-	-	-	-	-	54.539
Provisões para contingências	415.434	-	-	116.369	-	-	531.803
Concessões a pagar	-	13.994	-	-	-	-	13.994
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	294.396	-	-	294.396
Outros	27.794	14.313	(302)	-	-	-	41.805
	4.327.604	38.015	(302)	410.765	-	545.363	5.321.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.196.306	-	-	-	-	-	4.196.306
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.366.248	-	-	-	-	-	3.366.248
Dividendos adicionais	-	35.469	(8.747)	-	279.803	-	306.525
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(462.195)	(462.195)
Recursos destinados a aumento de capital	294.396	-	-	(294.396)	-	-	-
	12.773.149	35.469	(8.747)	(294.396)	279.803	(462.195)	12.323.083
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.050.847	73.484	(13.635)	116.369	-	83.168	19.310.233



Balço patrimonial e Resultado do Exercício findo em 31/12/2009:

	Controladora					
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	796.158	-	-	-	-	796.158
Consumidores, concessionárias e permissionárias	725.005	-	(13.880)	-	-	711.125
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.875)	-	11.276	-	-	(66.599)
Ativo financeiro indenizável	-	150.511	-	-	-	150.511
Tributos e contribuições a recuperar	10.882	-	-	-	-	10.882
Títulos e valores mobiliários	36	-	-	-	-	36
Créditos fiscais	58.184	-	-	(58.184)	-	-
Estoques	75.325	2.450	-	-	-	77.775
Serviços em curso	145.048	-	-	-	-	145.048
Outros	73.416	3.156	-	-	-	76.572
	1.806.179	156.117	(2.604)	(58.184)	-	1.901.508
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	31.479	-	-	-	-	31.479
Tributos e contribuições a recuperar	10.672	-	-	-	-	10.672
Títulos e valores mobiliários	812	-	-	-	-	812
Bens e direitos destinados a alienação	11.559	-	-	-	-	11.559
Depósitos judiciais	-	-	-	188.253	-	188.253
Cauções e depósitos vinculados	31.547	-	-	-	-	31.547
Créditos fiscais	242.234	-	-	58.184	39.164	339.582
Ativo financeiro indenizável	-	3.759.110	-	-	-	3.759.110
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.496.531	-	-	-	1.496.531
Outros	10.910	-	-	-	-	10.910
	339.213	5.255.641		246.437	39.164	5.880.455
Investimentos	429.809	51.751	-	-	-	481.560
Imobilizado	16.325.441	(5.354.338)	-	-	-	10.971.103
Intangível	31.710	(156)	-	-	-	31.554
	17.126.173	(47.102)	-	246.437	39.164	17.364.672
TOTAL DO ATIVO	18.932.352	109.015	(2.604)	188.253	39.164	19.266.180

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	259.558	-	(3.038)	-	-	-	256.520
Folha de pagamento	28.144	-	-	-	-	-	28.144
Tributos e contribuições sociais	249.022	-	-	-	-	-	249.022
Empréstimos e financiamentos	114.417	-	-	-	-	-	114.417
Encargos de dívidas	5.860	-	-	-	-	-	5.860
Participação nos lucros ou resultados	72.145	-	-	-	-	-	72.145
Remuneração aos acionistas	591.696	-	-	-	(408.393)	-	183.303
Obrigações estimadas	95.893	-	-	-	-	-	95.893
Benefícios pós-emprego	101.328	-	-	-	-	-	101.328
Incentivo ao desligamento – PDVP	14.898	-	-	-	-	-	14.898
Pesquisa e desenvolvimento	54.285	-	-	-	-	-	54.285
Encargos do consumidor a recolher	57.802	-	-	-	-	-	57.802
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	37.571	-	-	-	-	-	37.571
Outros	26.200	-	(975)	-	-	-	25.225
	1.708.819	-	(4.013)	-	(408.393)	-	1.296.413
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	21.053	-	-	-	-	-	21.053
Débitos fiscais	-	8.733	215	-	-	-	8.948
Empréstimos e financiamentos	543.169	-	-	-	-	-	543.169
Benefícios pós-emprego	177.507	-	-	-	-	174.888	352.395
Incentivo ao desligamento – PDVP	259.220	-	-	-	-	-	259.220
Pesquisa e desenvolvimento	120.470	-	-	-	-	-	120.470
Encargos do consumidor a recolher	15.109	-	-	-	-	-	15.109
Provisões para contingências	411.113	-	-	188.253	-	-	599.366
Recursos destinados aumento de capital	-	-	-	3.018.051	-	-	3.018.051
Outros	7.703	(2)	-	-	-	-	7.701
	1.555.344	8.731	215	3.206.304	-	174.888	4.945.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.539.557	-	-	-	-	-	4.539.557
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.195.703	-	-	-	-	-	3.195.703
Dividendos adicionais	-	100.283	1.194	-	408.393	66.718	576.588
Outros resultados abrangentes	(1.320)	-	-	-	-	(202.442)	(203.762)
Recursos destinados a aumento de capital	3.018.050	1	-	(3.018.051)	-	-	-
	15.668.189	100.284	1.194	(3.018.051)	408.393	(135.724)	13.024.285
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.932.352	109.015	(2.604)	188.253	-	39.164	19.266.180

	Controladora				
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Benefícios pós-emprego	Saldo ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.242.613	258.118	2.476	-	4.503.207
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	(751.680)	-	-	-	(751.680)
Custo de operação					
Pessoal	(234.330)	-	-	-	(234.330)
Material	(8.847)	-	-	-	(8.847)
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	-	-	-	(7.242)
Serviço de terceiros	(44.632)	-	-	-	(44.632)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(210.061)	-	-	-	(210.061)
Depreciação e amortização	(554.141)	205.910	-	-	(348.231)
Outras	14.449	(10.555)	-	-	3.894
	(1.796.484)	195.355	-	-	(1.601.129)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(11)	-	-	-	(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(386.774)	-	-	(386.774)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.446.118	66.699	2.476	-	2.515.293
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.267.655)	-	9.445	34.273	(1.223.937)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.178.463	66.699	11.921	34.273	1.291.356
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Renda de aplicações financeiras	77.778	-	-	-	77.778
Variações monetárias e acréscimos moratórios – energia vendida	31.731	-	-	-	31.731
Outras variações monetárias ativas	2.639	-	-	-	2.639
Outras receitas financeiras	79.238	-	-	25.218	104.456
PIS/Pasep e Cofins	(606)	-	-	-	(606)
Encargos de dívidas	(430.091)	(9.433)	-	42.586	(396.938)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	53.017	-	-	-	53.017
Outras variações monetárias passivas	12.828	-	-	(12.877)	(49)
Outras despesas financeiras	(40.438)	16.283	(192)	(25.219)	(49.566)
	(213.904)	6.850	(192)	29.708	(177.538)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Receitas	10.481	-	-	-	10.481
Despesas	(5.793)	-	-	-	(5.793)
	4.688	-	-	-	4.688
RESULTADO OPERACIONAL	969.247	73.549	11.729	63.981	1.118.506
Contribuição social	(79.984)	(5.154)	(1.056)	1.615	(84.579)
Imposto de renda	(215.884)	(3.579)	(733)	1.122	(219.074)
Incentivos fiscais	163.153	-	-	-	163.153
Lucro antes das participações	836.532	64.816	9.940	66.718	978.006
Participação nos lucros ou resultados	(72.145)	-	-	-	(72.145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	764.387	64.816	9.940	66.718	905.861

Consolidado						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	980.202	-	-	-	-	980.202
Consumidores, concessionárias e permissionárias	732.673	-	(13.880)	-	-	718.793
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.875)	-	11.276	-	-	(66.599)
Ativo financeiro indenizável	-	214.565	-	-	-	214.565
Tributos e contribuições a recuperar	11.855	-	-	-	-	11.855
Títulos e valores mobiliários	36	-	-	-	-	36
Créditos fiscais	58.184	-	-	(58.184)	-	-
Estoques	75.325	2.450	-	-	-	77.775
Serviços em curso	145.226	-	-	-	-	145.226
Outros	88.220	3.463	-	-	-	91.683
	2.013.846	220.478	(2.604)	(58.184)	-	2.173.536
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Consumidores, concessionárias e permissionárias	31.479	-	-	-	-	31.479
Tributos e contribuições a recuperar	10.672	-	-	-	-	10.672
Títulos e valores mobiliários	812	-	-	-	-	812
Bens e direitos destinados a alienação	11.565	-	-	-	-	11.565
Depósitos judiciais	-	-	-	188.253	-	188.253
Cauções e depósitos vinculados	42.766	-	-	-	-	42.766
Créditos fiscais	251.661	3.554	-	58.184	39.164	352.563
Ativo financeiro indenizável	-	3.759.110	-	-	-	3.759.110
Ativo financeiro – Receita Anual Permitida	-	1.859.444	-	-	-	1.859.444
Outros	39.977	(2.013)	-	-	-	37.964
	388.932	5.620.095	-	246.437	39.164	6.294.628
Investimentos	65.292	180	-	-	-	65.472
Imobilizado	17.110.580	(5.714.735)	-	-	-	11.395.845
Intangível	33.652	15.357	-	-	-	49.009
	17.598.456	(79.103)	-	246.437	39.164	17.804.954
TOTAL DO ATIVO	19.612.302	141.375	(2.604)	188.253	39.164	19.978.490

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado						
	Práticas contábeis anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Reclassificações	Dividendos	Benefícios pós-emprego	Práticas contábeis atuais
CIRCULANTE							
Fornecedores	287.758	-	(3.038)	-	-	-	284.720
Folha de pagamento	28.461	-	-	-	-	-	28.461
Tributos e contribuições sociais	257.386	-	-	-	-	-	257.386
Empréstimos e financiamentos	201.196	-	-	-	-	-	201.196
Encargos de dívidas	15.510	-	-	-	-	-	15.510
Participação nos lucros ou resultados	72.145	-	-	-	-	-	72.145
Remuneração aos acionistas	591.696	-	-	-	(408.393)	-	183.303
Obrigações estimadas	96.013	-	-	-	-	-	96.013
Benefícios pós-emprego	101.328	-	-	-	-	-	101.328
Incentivo ao desligamento – PDVP	14.898	-	-	-	-	-	14.898
Pesquisa e desenvolvimento	55.279	-	-	-	-	-	55.279
Encargos do consumidor a recolher	58.167	-	-	-	-	-	58.167
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	37.570	-	-	-	-	-	37.570
Outros	31.302	837	(975)	-	-	-	31.164
	1.848.709	837	(4.013)	-	(408.393)	-	1.437.140
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	32.390	-	-	-	-	-	32.390
Débitos fiscais	-	18.371	215	-	-	-	18.586
Empréstimos e financiamentos	1.061.257	-	-	-	-	-	1.061.257
Benefícios pós-emprego	177.507	-	-	-	-	174.888	352.395
Incentivo ao desligamento – PDVP	259.220	-	-	-	-	-	259.220
Pesquisa e desenvolvimento	120.470	-	-	-	-	-	120.470
Encargos do consumidor a recolher	15.109	-	-	-	-	-	15.109
Provisões para contingências	411.113	-	-	188.253	-	-	599.366
Concessões a pagar	-	15.786	-	-	-	-	15.786
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	3.018.051	-	-	3.018.051
Outros	18.337	6.098	-	-	-	-	24.435
	2.095.403	40.255	215	3.206.304	-	174.888	5.517.065
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.539.557	-	-	-	-	-	4.539.557
Reservas de capital	4.916.199	-	-	-	-	-	4.916.199
Reservas de lucros	3.195.703	-	-	-	-	-	3.195.703
Dividendos adicionais	-	100.283	1.194	-	408.393	66.718	576.588
Outros resultados abrangentes	(1.320)	-	-	-	-	(202.442)	(203.762)
Recursos destinados a aumento de capital	3.018.051	-	-	(3.018.051)	-	-	-
	15.668.190	100.283	1.194	(3.018.051)	408.393	(135.724)	13.024.285
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.612.302	141.375	(2.604)	188.253	-	39.164	19.978.490

	Consolidado				
	Práticas Contábeis Anteriores	ICPC 01 Transmissão	Desreconhecimento de ativo e passivo regulatório	Benefício pós – emprego	Saldo ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.290.891	326.811	2.476	-	4.620.178
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	(741.455)	(10.225)	-	-	(751.680)
Custo de operação					
Pessoal	(235.566)	(404)	-	-	(235.970)
Material	(8.929)	-	-	-	(8.929)
Combustíveis para a produção de energia	(7.242)	-	-	-	(7.242)
Serviço de terceiros	(45.105)	(20.278)	-	-	(65.383)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(210.061)	-	-	-	(210.061)
Depreciação e amortização	(562.688)	214.457	-	-	(348.231)
Outras	14.037	(11.255)	-	-	2.782
	(1.797.009)	172.295	-	-	(1.624.714)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(11)		-		(11)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	-	(416.871)	-	-	(416.871)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.493.871	82.235	2.476	-	2.578.582
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.275.600)	(764)	9.445	34.273	(1.232.646)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.218.271	81.471	11.921	34.273	1.345.936
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Renda de aplic. financeiras	82.054	(374)	-	-	81.680
Variações monetárias e acréscimos moratórios – energia vendida	34.888	(3.157)	-	-	31.731
Outras variações monetárias ativas	2.639	-	-	-	2.639
Outras receitas financeiras	89.367	(6.131)	-	25.218	108.454
PIS/Pasep e Cofins	(606)	-	-	-	(606)
Encargos de dívidas	(443.851)	(9.576)	-	42.586	(410.841)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	27.632	25.385	-	-	53.017
Outras variações monetárias passivas	12.828	-	-	(12.877)	(49)
Outras despesas financeiras	(56.677)	(15.536)	(192)	(25.219)	(97.624)
	(251.726)	(9.389)	(192)	29.708	(231.599)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Receitas	10.484	21	-	-	10.505
Despesas	(5.795)	2	-	-	(5.793)
	4.689	23	-	-	4.712
RESULTADO OPERACIONAL	971.234	72.105	11.729	63.981	1.119.049
Contribuição social	(81.549)	(4.352)	(1.056)	1.615	(85.342)
Imposto de renda	(220.302)	(1.510)	(733)	1.122	(221.423)
Incentivos fiscais	167.148	(1.426)	-	-	165.722
Lucro antes das participações	836.531	64.817	9.940	66.718	978.006
Participação nos lucros ou resultados	(72.145)	-	-	-	(72.145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	764.386	64.817	9.940	66.718	905.861

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes, datado de 11 de abril de 2011, não contém ressalvas, com a seguinte ênfase:

“Conforme descrito na Nota 4.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.”

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e julgamentos contábeis para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas e premissas contábeis críticas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para passivos contingentes, teste de impairment, base de determinação do ativo financeiro de concessão, cálculo atuarial de benefícios pós-emprego e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Administração adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, de acordo com a Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, em conformidade com as normas vigentes.

Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010. Com base nesta avaliação, a Administração entende que, em 31 de dezembro de 2010, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis são eficazes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes PricewaterhouseCoopers não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

10.7. Distribuição de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2010, itens não evidenciados nas demonstrações contábeis que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.9. Comentário sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.10. Plano de negócios

a) Investimentos:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2010, teve seu Orçamento de Investimento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.214, de 26/01/2010, com uma primeira revisão por meio do Decreto Federal de 05/08/2010, e uma segunda revisão pela Medida Provisória nº 515, de 28/12/2010. A seguir apresentamos demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

Descrição	R\$ mil
	Realização 2010
INFRAESTRUTURA	80.464
Manutenção de bens imóveis	13.889
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	26.343
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	40.232
GERAÇÃO	107.183
Manutenção sistema de geração de energia	80.183
Ciclo combinado da UTE Camaçari	0
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	27.000
IRRIGAÇÃO ÁREAS DO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	142.299
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA	459.623
Ampliação do sistema de transmissão do nordeste	164.972
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	159.433
Manutenção do sistema da transmissão	83.956
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	51.262
TOTAL	789.568



A Companhia possui previsto, no seu Orçamento de Investimento, para o exercício de 2011, aprovado pela Lei Orçamentária Anual - LOA nº 12.381, de 09/02/2011, com crédito extraordinário aprovado pelo Decreto Federal de 28/01/2011, totalizando Investimentos de R\$ 1.554.893 mil, com as seguintes aplicações:

	R\$ mil
Descrição	Dotação Orçamentária 2011
INFRAESTRUTURA	133.555
Manutenção de bens imóveis	30.532
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	37.840
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	65.183
GERAÇÃO	352.935
Manutenção sistema de geração de energia	299.231
Ciclo combinado da UTE Camaçari	704
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	53.000
IRRIGAÇÃO ÁREAS DO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	118.430
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA	949.973
Ampliação do sistema de transmissão do nordeste	309.692
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	398.096
Manutenção do sistema da transmissão	173.012
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	69.173
TOTAL	1.554.893

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para o exercício de 2011 serão compostas pela retenção de lucros do exercício de 2010, no montante de R\$ 1.293.792 mil, pela geração de caixa nas suas operações e por financiamentos contratados e a contratar.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento nem previsão para realização de desinvestimentos.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Apenas o descrito no item a).

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nesta seção.